sura da autoridade pública, mas nisso esgotava o seu conceito de liberdade de imprensa. Tudo mudou, entretanto, com o capitalismo monopolista, com o imperialismo: a luta contra a censura e todas as formas de cerceamento impostas pela autoridade passou a ser aspecto parcial da luta pela liberdade de imprensa e, algumas vezes, aspecto menor. A transformação da imprensa em negócio de grandes proporções, em empresa, e, paralelamente, o desenvolvimento, complexidade e encarecimento de suas técnicas, demandando grandes investimentos e acompanhando o desenvolvimento qualitativo e quantitativo do público, mostra como a proteção contra a censura perdeu o interesse antigo, embora não tenha este desaparecido; as grandes empresas jornalísticas, no essencial, se autocensuram. Isso conduz à transformação dialética, finalmente: de instrumento de esclarecimento, a imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários<sup>(340)</sup>.

A liberdade de imprensa, na sociedade capitalista, é condicionada pelo capital, depende do vulto dos recursos de que a empresa dispõe, do grau de sua dependência em relação às agências de publicidade. Isso se tornou claro, no Brasil, desde a segunda metade do século XX. De tal sorte que os assuntos de interesse nacional só encontraram possibilidade de estudo em revistas especializadas, e as correntes de opinião divergentes das forças dominantes tiveram a capacidade reduzida apenas à possibilidade de manter semanários, — o jornal diário já colocado fora de seu alcance. Ao lado do Observador Econômico e Financeiro e do Digesto Econômico, apareceram revistas de economia como Conjuntura Econômica e Desenvolvimento e Conjuntura; como o Digesto Econômico, eram ligadas a organizações mantenedoras, cujos interesses e opiniões passaram a veicular; assim também apareceram a Revista do Conselho Nacional de Economia, a Carta Mensal da Confederação Nacional do Comércio, e outras publicações do gênero. Os comunistas mantiveram, por alguns anos, a revista Problemas.

<sup>(340)</sup> Um grupo de professores de Harvard realizou, em 1958, o estudo A Free and Responsible Press, constatando que a sociedade norte-americana tornava-se semitotalitária, pela concentração capitalista dos meios de comunicação do pensamento. A revista brasileira de economia Desenvolvimento e Conjuntura, em seu número de maio de 1961, publicou dados sobre essa concentração: 88 % das comunidades, ali, possuem apenas um jornal; quando possuem mais de um, pertencem ao mesmo proprietário; metade da circulação dominical e 2/5 da circulação diária são controlados por cadeias de jornais; três grandes agências de notícias monopolizam esse setor e estão ligadas às grandes empresas jornalísticas; cinco em cada grupo de nove estações de televisão estão sob domínio dos mesmos grupos que controlam os jornais. Na massa informativa fornecida, tão grande que não é passível de assimilação, "o leitor perde as grandes linhas, o conteúdo, o sentido dos acontecimentos, confundido pelos aspectos circunstanciais e episódicos"; conforme observou Luciano Martins, em artigo de O Semanário, Rio, de 14 de julho de 1963.